

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SEMINÁRIO TEMÁTICO 07

**CONFLITOS E DESASTRES AMBIENTAIS:
VIOLAÇÃO DE DIREITOS, RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

*“A gente tem que falar aquilo que a gente tem
que provar”:*

**a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos
moradores do Bairro Camargos, em Belo Horizonte – MG**

Raquel Oliveira Santos Teixeira
(DSO-UFMG, GESTA-UFMG)
Instituição de Fomento: FAPEMIG

Introdução:

Este trabalho¹ resulta da minha tese intitulada *“A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG”*.² Ele representa um esforço de compreensão do longo e tortuoso percurso de mobilização efetuado pelos moradores do Camargos, com sua luta pela exposição e pelo reconhecimento do dano provocado pela operação de um incinerador de lixo industrial e hospitalar nas proximidades de suas moradias. O incinerador pertencia à empresa Serquip. O empreendimento fora licenciado em meados 2003 sem que houvesse qualquer tipo de consulta, informação e debate junto à comunidade. Não houve licenciamento prévio, mas o requerimento direto da Licença de Instalação junto à Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente (SMAMA) a partir da apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental. Surpreendidos pelo mau-cheiro constante e pela emissão significativa de fumaça proveniente da unidade, os moradores iniciaram sua mobilização que consistiu primeiramente na busca de informações acerca da empresa e da atividade exercida.

Após a percepção da mudança ambiental e com a crescente suspeita da correlação entre as emissões do incinerador e o aumento dos eventos de adoecimento no bairro, os moradores organizaram uma investigação extensiva contemplando a busca e a reunião de notícias veiculadas pela imprensa, estudos e bibliografia sobre impactos da incineração, além do inventário da ocorrência de doenças respiratórias e casos de câncer entre a população do bairro.

Os moradores realizaram ainda denúncias, formalizando queixas junto ao Ministério Público Estadual, promovendo manifestações no bairro e contatos com

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais (FAPEMIG) pelo auxílio que viabilizou a participação no âmbito desse Seminário Temático.

² Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG em 2014, sob orientação da Prof^a. Andréa Zhouri.

a mídia para exibição pública do problema vivenciado. No curso desses acontecimentos, técnicos da Secretária Adjunta de Meio Ambiente (SMAMA) realizaram diversas fiscalizações na planta da Serquip, resultando em seis autuações aplicadas à empresa em pouco mais de um ano. As infrações identificadas diziam respeito, sobretudo, às falhas nos mecanismos de controle da emissão de efluentes, com risco de exposição da população a substâncias contaminantes. As ações de resistência recrudesceram em 2008, ano em que se iniciou o debate acerca da renovação da licença de operação para a empresa.

Contudo, observo que na medida em que progrediam as mobilizações, os moradores se viam enredados em um debate estritamente técnico relativo à mensuração das emissões, critérios e limites de toxicidade. Em junho de 2009, em decisão controversa, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) deliberou o encerramento da atividade de incineração no Camargos. E em setembro de 2009, realizou-se a desmontagem das chaminés na unidade, fato simbólico celebrado pelos moradores como marco de sua conquista. A partir desse momento, o empreendedor procurou produzir a completa desoneração de suas relações e possíveis responsabilidades com a comunidade do bairro. Com a supressão da chaminé a mensagem comunicada era a do encerramento do conflito por parte da empresa.

Entretanto, esses fatos ampliaram as inseguranças, temores e incertezas que se materializavam no cotidiano dos moradores que ainda prosseguem com reivindicações para realização de um estudo epidemiológico no bairro, avaliação dos riscos a que foram expostos e monitoramento sobre a situação de sua saúde.

Metodologicamente, a tese representou um esforço interdisciplinar de compreensão desse percurso e, para tanto, recorri a diferentes disciplinas e técnicas: a experiência etnográfica, a contribuição da História Oral e seu uso de entrevistas para a composição de trajetórias de vida, além da pesquisa documental e a análise de discursos e imagens. Nesta apresentação eu gostaria de me centrar em duas reflexões que foram desenvolvidas: (1) a discussão sobre a *geopolítica do risco* e (2) a produção do *sofrimento social na luta*.

A Geopolítica do Risco:

Por geopolítica entende-se em geral o conjunto das estratégias adotadas pelo Estado para administrar seu território. Uma gestão que leva em conta as qualidades ecológicas e de população existentes para a promoção do desenvolvimento e da segurança nacionais. Mas o que chamo de *geopolítica do risco* destaca a ação congruente dos agentes do Estado e do mercado na produção de hierarquias territoriais. No passado, tais hierarquias apontam para a relação ao mesmo tempo complementar e assimétrica entre os espaços de bairro e fábrica, forjados na região noroeste da capital mineira.

Conforme examino, o projeto da modernização industrial de Minas Gerais levou ao planejamento e produção do Parque Industrial Juventino Dias que conhecemos hoje como *Cidade Industrial*. O curso da história do Camargos se conecta ao processo de formação do espaço urbano da capital e a essa política de modernização industrial que forneceu o primeiro contexto para a ocupação da área. Na implantação da Cidade Industrial, o Estado trouxe para si a tarefa de assegurar os requisitos necessários ao desenvolvimento: discriminou o espaço necessário, dotou-o de infraestrutura, urbanizou-o e, simultaneamente, logrou afastar tais instalações industriais das áreas urbanizadas da capital. Preservou-se, assim, a imagem imaculada da metrópole ordenada com seu centro urbano livre dos efeitos adversos “das atividades secundárias”. O parque, portanto, foi planejado desde o princípio como algo que, segundo Paula, “*visava completar Belo Horizonte sem desfigurá-la*” (1994, p. 45).

O auxílio do Estado na configuração do distrito industrial contrasta, porém, com sua total ausência no campo da habitação popular, pois, os migrantes e trabalhadores que acorriam ao parque industrial foram deixados à sorte do mercado urbano de terras e suas dinâmicas especulativas. Nessa conjuntura, multiplicaram-se as ocupações e se expandiu o processo de “favelamento” nas áreas existentes dentro ou próximas à Cidade Industrial. Cresciam ali, portanto, as ocupações irregulares e os novos loteamentos precários, entre eles a chamada Vila Virgínia, hoje, parte do mais extenso Bairro Camargos.

Como descrevo, naquela ponta, a oeste de Belo Horizonte, a industrialização promoveu um processo de urbanização com feições claramente espoliativas para os trabalhadores da Cidade Industrial. Feições que se expressaram nos salários exíguos; na ausência de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos; no cotidiano exaustivo de trabalho somado à carga de poluição que recebia o ambiente onde trabalhavam e viviam.

O planejamento da Cidade Industrial excluiu de seu escopo a moradia dos operários que, no entanto, conseguiram se estabelecer nas ocupações e loteamentos precários que surgiram no entorno do parque Juventino Dias. No presente, estes moradores, orgulhosos e zelosos de suas conquistas, lutam pela integridade de sua saúde comprometida pelas ameaças das instalações que saturaram o perímetro do parque industrial e ocupam, hoje, os terrenos disponíveis do bairro arduamente construído. Atento às mudanças na paisagem, Maurílio, morador na área desde os tempos da pequena Vila Virgínia percebe, enuncia e politiza essa distribuição histórica dos riscos na região noroeste da capital. Relembrando as repetidas ações da comunidade contra as empresas poluidoras do parque, Maurílio assinala:

*eles alegava que quando eles vieram pra cá... foi obedecendo um plano, um projeto do Parque Industrial, que o Parque Industrial [...] o projeto dele, foi botar ele fora do eixo de Belo Horizonte, 20 quilômetros fora da Avenida do Contorno para a poluição não atingir o povo. Só que tem um erro no projeto é... que depois cria o parque industrial vinte quilômetros fora da Avenida do Contorno e obriga os empresários, devido ao custo de transporte, a construir casa popular próximo ao trabalho pros empregados. A Magnesita construiu casa popular aqui no alto para os empregado dela, a Itaú também construiu lá perto do Eldorado, **quer dizer, o projeto livra o povo, parece que livra o povo rico, né? O pobre pode ficar. Os trabalhador pode ficar perto da poluição. A Itaú criou, a Magnesita criou o parque industrial e que depois é... trabalhador também sentindo a dificuldade de transporte pra vim trabalhar pra vim trabalhar aqui, veio foi ocupando aí essas áreas aí... inclusive as primeiras favelas que construiu por aqui foi beirando o Rio Arrudas, beirando o Rio Arrudas, quando***

enchia ocupava as casas e era trabalhador que trabalhava na Cidade Industrial que depois foram se organizando e ocupando alguns lugar por aí que depois o pessoal se transformou em bairro, vendendo... o lote, foi tirando e vendendo. Mas a relação nossa com as indústrias aí era assim: as que poluía a gente sempre brigou contra elas aí né, agora uma das coisas que foi mais horrorosa contando aí pra você como foi a luta pra urbanizar isso aqui... (grifos acrescentados)

Esse espaço onde estão hoje as vilas operárias constituídas a partir da década de 1950 torna-se, agora, alvo de investimentos de outra natureza que eu designo como empreendimentos do mercado da poluição. Assim, nos arredores da Cidade Industrial, essas novas instalações processam não apenas matéria-prima, informação e energia. Na atualidade, elas processam também o refugo das próprias operações industriais enquanto serviço que é fonte de rendimentos. Desse modo, os espaços ainda disponíveis no bairro Camargos e outros no entorno do parque industrial apresentam significativos atrativos para a localização desses serviços especializados, a saber: baixa renda diferencial dos terrenos; facilidade de acesso viário através da Via Expressa e do Anel Rodoviário e a proximidade em relação aos clientes potenciais contratantes.

Colocam-se, então, em jogo, dinâmicas históricas que distribuem cargas diferenciais de ameaças, perigos e danos às populações. Para as atividades como a descarga e o tratamento de resíduos, a decisão de localização se realiza sob uma paisagem urbana cuja trajetória influencia significativamente a distribuição dos fardos ambientais. Nesse processo, os novos investimentos do mercado da poluição incorporam e usam as iniquidades espaciais existentes como condições de produção que podem contribuir para manter seu status competitivo e a lucratividade de seus negócios. Desse modo, áreas industriais antigas que tem suas proximidades ocupadas por aqueles que não possuem condições para se mudar para os subúrbios limpos se tornam o alvo de localização de depósitos, aterros e incineradores, próximas às habitações que já carregam o legado de sua vulnerabilidade e contaminação histórica.

É preciso acrescentar que tais processos se realizam no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável. Em meados da década de 1970, a demanda por novas regulações permitiu a institucionalização da questão ambiental no cenário brasileiro (LOPES et al, 2004). Por outro lado, o contexto em que a institucionalidade ambiental se consolidava coincidia também com um processo de intensas mudanças e reconfigurações de ordem econômica. A nova economia global competitiva transformava os códigos e normas produzidos no âmbito da política ambiental, da saúde e da segurança no trabalho em possíveis obstáculos ao livre mercado cujo funcionamento não poderia ignorar “*os impasses relativos à poluição e à escassez de recursos para a produção ambiental*”, sendo os mesmos “*paulatinamente incorporados como variáveis ambientais legítimas*” (ZHOURI et al, 2005, p. 13).

É nesse contexto que se multiplicam os agentes dedicados a transformar a gestão da poluição em um novo mercado, afinal, “*o capital entende fazer um mercado da ‘reparação’ das degradações ecológicas*” (CHESNAIS & SERFATI, 2003, p. 44). Conforme sublinha Faber “*ao exigir ao capital conter as fontes de poluição e submetê-las a um tratamento e descarte adequado, a poluição e seu descarte se tornam mercantilizados*” (1998, p. 7). O transporte de resíduos e a logística para disposição e tratamentos de efluentes derivados das atividades industriais se consolidam, então, como um significativo campo de investimentos.

Sob a chave do custo-eficiência, já não basta regular e minimizar os efeitos poluentes, as medidas de correção de ordem ecológica devem visar ao aumento da lucratividade com redução do custo das unidades produzidas, transformando também os dispositivos de controle ambiental em novas formas de agregação de valor e oportunidades para aferir lucros. No cenário competitivo do mercado mundial, trata-se de transformar riscos em oportunidades e custos adicionais em negócios rentáveis. A lógica de cálculo custo-eficiência refere-se não apenas à transformação do lixo em business, mas também na maximização das receitas a partir dos serviços prestados, incluindo, para tanto, a geração de energia a partir da decomposição do lixo em seus aterros e a venda de detritos processados como combustível a ser utilizado nos altos-fornos das cimenteiras e siderúrgicas. A

perspectiva é que o lixo rentável reduza os custos das cimenteiras contratantes e simultaneamente amplie as receitas das empresas atuantes no mercado da poluição.

A incorporação dos constrangimentos ecológicos e sua transmutação em fontes de recompensa realizam, pois, os princípios do desenvolvimento sustentável cuja óptica enquadra a coleta, a disposição e o tratamento da poluição, incluindo a incineração, não só como um rentável campo de investimentos, mas também como solução ambiental adequada. Com políticas de empréstimo e aconselhamento, o Banco Mundial apoia a promoção da incineração como business. Há financiamento de projetos relativos à compra e aquisição de equipamentos incineradores, além da promoção do tratamento térmico do lixo como método adequado e sustentável. De acordo com a organização GAIA, entre 1992 e 2002, o Banco Mundial financiou cerca de 150 projetos para a instalação de novos incineradores ou ampliação da capacidade de unidades já existentes (TANGRI, 2002).

No Camargos, às evidências tangíveis do cheiro e da fumaça se somam debates elusivos sobre níveis de emissão, compostos perigosos, seu potencial carcinogênico e demais riscos da incineração. A operação de incineradores coloca em curso toda uma dinâmica de produção de avaliações técnicas, monitoramentos, elaboração de perícias e laudos, pesquisas conduzidas e/ou contratadas junto a consultores, bem como estudos contestadores elaborados por entidades da sociedade civil ou pelos próprios moradores afetados. Como disputas tecidas acerca da *“verdade sobre os efeitos e [d]a periculosidade dessas atividades”* (CARNEIRO, 2010, p. 10), os conflitos sobre a incineração de resíduos são conduzidos ao terreno da regulação e do gerenciamento dos riscos.

A produção dessa *geopolítica do risco* se faz, portanto, a partir das formas historicamente reproduzidas de expor e dispor sobre a saúde e a força de trabalho desses grupos que efetivamente produziram a modernização mineira habitaram os arredores do parque e ali construíram seus espaços de vida e moradia que hoje se acham ameaçados pelos novos investimentos do mercado da poluição.

Através das trajetórias de vida dos moradores evidencia-se a existência de uma força de trabalho disponível, assentada junto ao parque industrial e exposta à poluição. Os atos e processos que dispõem sobre essa força de trabalho evidenciam os mecanismos pelos quais as estruturas políticas e econômicas se inscrevem nas experiências pessoais de aflição e doença.

É, pois, na intersecção das biografias, na homologia das trajetórias e nas experiências compartilhadas que “*a memória das queixas corporais evocam queixas sociais, as quais não são tanto representadas, mas vividas e revividas (relembradas) no corpo*” (KLEINMAN & KLEINMAN, 1994, p. 715). Mais do que um distúrbio fisiológico, “patologia médica” ou “anormalidade individual”, a doença é uma experiência compartilhada de perigo, incerteza e fragilidade que se relaciona às dinâmicas do espaço social e à “conjuntura da vida” (KLEINMAN & BENSON, 2006, p. 835).

A Produção do Sofrimento Social na Luta:

No Camargos, tal conjuntura refere-se ao momento em que essas trajetórias convergem para uma percepção do seu estado corporal como debilitado e dilapidado pelas condições em que se desenvolveram suas histórias de vida. Fragilidade intensificada e dilapidação catalisada por novos processos de exposição, a partir da instalação do incinerador da Serquip. Dessa forma, tomo como significativa a sugestão de categorias repetidamente presentes nas narrativas dos moradores como *luta, carga, peleja e comer poluição*. Tais categorias pautam a relação entre as forças e condições estruturais e sua materialização nos corpos. Proponho abordá-las, conforme sugere Scheper-Hughes (1992) como um *idioma somático*, mas também *político* (SCHEPER-HUGHES, 1992), segundo nos ilustra o depoimento enfático de José Onofre, metalúrgico aposentado, falecido em 2013 com grave enfisema pulmonar:

Ai... é vida muito complicada, então é por isso que hoje a minha situação de saúde é essa que você está vendo, é por isso. **A vida inteira com dificuldade, comendo poluição industrial direto [...] é pra levar minha vida.** É... A minha penúltima firma que eu trabalhei foi na Brasilit. A Brasilit é que fabricava caixa d'água e telha de amianto... aqueles trem tudo. Trabalhei lá... Amianto... Amianto e cimento. Trabalhei lá com amianto, cimento e celulose. Celulose é papel, cê sabe né? **Aí lá eu andei comendo bastante amianto e cimento... que tudo ajudando a arrebrantar minha saúde... e fumando por cima e ainda me lançam essa Serquip aqui, né? Que ajudou a acabar aqui na garganta...**

Examino como essa linguagem do corpo bastante presente no Camargos termina operando como um discurso político que procura levar à arena pública suas experiências de adoecimento associando-as aos mecanismos estruturais e institucionais de produção social da vulnerabilidade. Na exposição desse processo de politização da doença procuro discutir como o modelo vigente de governança ambiental, centrado na regulação dos riscos, contribui para uma dinâmica de transfiguração das formas de ação política convocadas, conforme observa Petryna (2002), a elaborar suas reivindicações de cidadania a partir da exibição de uma “biologia lesionada” (PETRYNA, 2002).

Levados a esse terreno de gestão de ambientes e corpos e suas formas de ‘cidadania biológica’, os moradores são enredados em um processo doloroso em que é preciso exhibir, performar e traduzir as perdas enfrentadas através de um idioma técnico de *evidenciação*. Idioma este que é refratário às narrativas dos moradores. A culpabilidade, a responsabilização e o dano que essas narrativas enfatizam desaparecem porque são assumidos nos espaços institucionais como estatisticamente insignificantes e cientificamente controversos. Assim, submetidos a um processo de contestação e esvaziamento de suas narrativas, os moradores experimentam um quadro perverso em que o corpo sente e sabe, mas não pode *provar*. Com efeito, argumento que o tratamento institucional dispensado às suas reivindicações termina produzindo e agravando o sofrimento social dos atingidos.

A produção do *sofrimento social na luta* se refere, portanto, aos efeitos dessas operações de invalidação das narrativas locais a partir da reafirmação de uma lógica de causalidade assentada na verificação da qualidade físico-química do ambiente e na demonstração de uma causalidade específica e direta que aponte o potencial de toxicidade da fonte emissora e seus efeitos exclusivos sobre o organismo humano.

Coloca-se em movimento, assim, uma dinâmica de subalternização, na medida em que a gestão do risco os coloca na posição de *vítimas não reconhecidas* ou 'ilegítimas'. Uma posição que Michele Murphy designa como '*vidas precárias*', ou seja, aquelas que, em um regime biopolítico de governo são incapazes de acessar o monitoramento individualizado da saúde e a hipervalorização da vida. Já Bauman as caracteriza como *vidas desperdiçadas* (BAUMAN, 2005), aquelas para as quais as instâncias de decisórias já não podem distinguir entre o "*sofrimento planejado e a miséria por descuido*" (p. 54). No Camargos, esse processo se evidencia quando essas vidas já solapadas pela exaustão, pela contaminação nas fábricas e pela fumaça diária das chaminés não podem assumir o papel de denunciante autorizados dos danos da incineração ou reivindicantes de direitos de compensação.

Parte desse processo eu atribuo à própria dinâmica da regulação ambiental via gestão dos riscos. Segundo a lógica do risco, os perigos derivados da tecnologia industrial não operam por meio de ações discretas e autores facilmente identificados, mas séries de eventos, grupos de ações que, por vezes, somente agregadas constituem ameaças. Em lugar da ação discreta e do dano facilmente discriminado, o que se tem são conjuntos de dados estatísticos os quais pautam graves consequências prováveis de acometer a alguém num futuro relativamente distante.

Nesse horizonte, a doutrina tradicional de que os indivíduos possuem direitos absolutos e que as violações de tais direitos são erros a serem incondicionalmente evitados torna-se inaplicável à gestão do risco, pois outras reivindicações de direitos e de justiça são tomadas como concorrentes. Nesse

regime, a liberdade de não ser submetido aos riscos derivados da poluição torna-se comensurável à liberdade de iniciativa daquele que produz o risco. Ocorre, portanto, conforme analisa Foucault (2008), uma inflexão que desloca a ênfase sobre a transcendência de *“direitos anteriores que teriam sido inscritos seja na natureza humana, seja na história de uma sociedade dada”* (p. 20) pela imanência das práticas governamentais orientadas para a gestão dessa “relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la” (FOUCAULT, 2008, p. 20).

No caso do Camargos isso é pautado e discutido nas instâncias de deliberação: o que é prioritário? A inativação de patógenos do lixo hospitalar? A eliminação dos riscos biológicos que advém desse material? Ou os riscos de inalação dos efluentes gasosos dos incineradores, efluentes estes que contêm substâncias cancerígenas? No discurso convergente dos órgãos reguladores do Estado e do empreendedor a incineração é necessária e seus efeitos negativos são vistos como um sacrifício inevitável para a produção de um ambiente limpo e uma existência sadia ao nível da população.

Como isso opera no Camargos? Para ilustrar vale mencionar que, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, a Vigilância Sanitária do município de Belo Horizonte produziu um relatório em que apresentou à promotoria os dados de morbimortalidade da população do Distrito Sanitário Noroeste e, em específico, aqueles relativos à população atendida pelo Centro de Saúde Santa Maria, o qual serve aos bairros Camargos e Santa Maria. Quanto à análise dos dados, o referido relatório sublinha que **“é possível observar que em valores absolutos houve um aumento do número de óbitos por neoplasia, principalmente por neoplasia de mama e neoplasia de pulmões e brônquios”** (BELO HORIZONTE, 2012, p. 16, grifos acrescidos). No entanto, essa importante informação, regularmente sustentada pelos moradores é descartada como dado pertinente, sob a justificação de que, a partir da década de 1980, os cientistas tem observado um aumento geral e progressivo nos casos de câncer de pulmão, os quais responderiam por *“16% de todos os novos casos*

de neoplasia em todo o mundo” (ibidem). Assim, os óbitos identificados entre a população do bairro Camargos não configurariam, segundo a leitura da Vigilância Sanitária, uma singularidade quanto ao fenômeno observado. Dessa forma, a frequente denúncia dos moradores, agora transcrita em dados estatísticos que apontam 103 óbitos por neoplasias no Centro de Saúde Santa Maria entre os anos 2003 e 2009, permanece refutada e desautorizada. Para as autoridades responsáveis os números apresentados não dizem nada por si mesmos.

Mas o que faz a gestão do risco senão deliberar sobre questões como: quais são as mortes e os índices de câncer considerados normais? Quando esses eventos atingem níveis anormais? O que pode ser considerado evidência de nexos entre as emissões e os índices anormais de morbidade e mortalidade? Quando evidências preliminares tornam-se evidências inequívocas? Tais interrogações nos conduzem ao estabelecimento de fronteiras: entre normal e anormal, pertinente/não-pertinente. Essa lógica conduz à observação de uma dinâmica perversa em que práticas de violência operadas no interior da legalidade se tornam possíveis e ao mesmo tempo, impronunciáveis. Então, no limite o conflito no Camargos nos aponta para questões centrais: quem conta como atingido? Quem conta como interlocutor crível? Qual é o limite em que as taxas de morbimortalidade deixam o campo da legalidade?

No Camargos, a doença e o dano passam a constituir o ponto de disputa sobre o qual são forjadas as contra-demandas e reivindicações dos moradores. Contudo, aos agentes engajados nas disputas sobre essa definição do risco aceitável ou tolerável exige-se demonstrar com significativo rigor científico que há danos ou prejuízos irreversíveis cujos autores podem ser discriminados pela parcela clara e comprovada de sua responsabilidade. Sob o esforço de dialogar com as autoridades, fazer crível sua denúncia e legítimas suas reivindicações, os moradores são capturados nas intrincadas teias dos debates técnicos e num *“ciclo burocrático vicioso e de longo prazo em que eles carregam o ônus da prova de seu dano físico, enquanto enfrentam o risco de serem deslegitimados no plano jurídico, da seguridade e nos contextos institucionais de saúde”* (PETRYNA, 2002, p. 216). Essa lógica conduz, assim, à perversa constatação de corpos doentes

que implicam ninguém. A doença, o sofrimento e morte só importam como taxas anônimas com relativa significância estatística comprovada.

Dalva, moradora do Camargos e destacada liderança na luta contra o incinerador, já havia entendido essa lógica operativa ao formular seu juízo acerca da atuação das agências estatais e do Ministério Público, conforme revela nosso diálogo durante sua entrevista:

-D: porque infelizmente, a gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar. A gente poderia provar? Poderia. Mas só que a Justiça é o seguinte: eles querem o nexo causal, nexo causal é o seguinte, fumaça tá lá, a química tá lá embaixo, a comunidade tá aqui em cima, tá respirando aquele ar, estão sentindo falta de ar, tá morrendo, você entendeu? Mas mesmo assim pra eles aquilo não significa nada. As pessoas estão morrendo, estão adoecendo e isso não significa nada. Eles querem é a prova de que a fumaça, dentro daquela fumaça ali há o veneno que tá naquele corpo ali. Foi a época que nós questionava: 'então faça o exame das plantas, da vegetação...' 'Ah, mas o município não tem verba'. Porque isso aí teria que fazer fora do estado. Era a época que a gente falava que o ônus da prova não cabia à gente, cabia a eles. Na própria legislação fala que o ônus da prova... é pra quem tá prejudicando e não pra quem tá sendo prejudicado né?

R: - E qual foi o posicionamento do Ministério Público?

D: - É a omissão. Omissão. É a omissão e se... na hora que a gente colocava... encurralava eles, eles falava que o município não tinha dinheiro. Quando eles via que não tinha como mais, a gente... da gente encurralar eles mais aí eles falava que não tinha verba.

R: - E a própria empresa?

D: - A empresa sempre alegando tecnologia de ponta... que tava agindo de conforme com a lei, mesmo diante das fotos daquela fumaça preta. Mesmo diante das reportagens toda, mostrando a comunidade adoecendo, a comunidade reclamando. Pessoas fazendo tratamento de câncer. A fumaça entrando pra dentro das casas. Mesmo com tudo isso... toda essa gama de coisa, não resolvia muita coisa não [...]

R: - O Seu Geraldo chegou a fazer exame não fez?

D: - Chegou. Chegou a fazer. Mas sabe o que é que eles alegam do exame que ele fez? Porque ele tem metais pesados no organismo dele. Que aqui é uma... próximo à Cidade Industrial e que ele trabalhou na indústria e que provavelmente pode ter... a contaminação ter vindo de outro local. Eles nunca acham que só a empresa causou aquilo não, sempre tem um segundo, um terceiro, um quarto, um quinto, um sexto... envolvido, mas nunca... isso é em todas as situações. Aí eles já querem envolver outras pessoas, um segundo, um terceiro, um

quarto, e aí a coisa vai arrastando anos e anos e anos e vai continuar a carnificina, vai continuar a matar...

Geraldo, vizinho e companheiro de luta citado por Dalva, compartilha a mesma avaliação e expõe a perversidade de um sistema de regulação que busca em seu corpo a prova de um dano, mas que desqualifica essa mesma prova visto que os corpos de Geraldo e seus vizinhos já contêm o lastro de sua história: uma história de longas e cumulativas exposições dadas pelos anos de chão de fábrica, nas companhias do Parque Juventino Dias. Exposições que somam àquelas advindas também de seu local de moradia, no entorno dessas instalações industriais.

*Então tudo a gente sabe que tem a ver com essa contaminação que nós sofremos durante esse... período longo aí de... desde 2003 até 2008 assim que nós conseguimos nos livrar disso [do incinerador]. Foram cinco anos pelo menos de contaminação direto. Eu, por exemplo, apesar da minha idade, já com 67 anos de idade, mas eu devo muito à minha genética toda... tô relativamente bem. Tô relativamente bem de saúde, trabalhei em indústria durante muitos anos e cheguei até a fazer exames lá na... Lá no Hospital das Clínicas [...] tem arquivado lá alguns exames meus. Então tudo o que foi pesquisado no meu organismo tem... consta no meu organismo todos aqueles materiais que a incineração pode produzir, mas eu tenho também um histórico de... **mais de trinta anos trabalhando em indústria, então eu não posso jogar que o que eu tenho e que foi constatado lá... [...]** Então, quer dizer... não tem... eu não vou servir mais como **parâmetro** (grifos acrescidos).*

Observo, portanto que, ao passo que a racionalidade das instituições dedicadas à gestão do ambiente, da saúde e dos conflitos é refratária às narrativas dos moradores, estes recorrem aos instrumentos técnicos que lhe são acessíveis, esperando que as experiências dramáticas de adoecimento e morte possam ser autorizadas pela visão dos peritos e enquadradas nas normas burocráticas relativas à definição das responsabilidades. No entanto, se os *dispositivos de inscrição* como os laudos, tabelas e gráficos, são importantes, eles não são capazes de traduzir e tornar mensuráveis as experiências dos moradores, o modo

como as doenças são descobertas, vividas e compreendidas no universo das famílias e da vizinhança. Dessa forma, mais que revelar 'os fatos', a produção da pesquisa ou dossiê como uma estratégia de luta calcada na epidemiologia popular (BROWN, 1992; 2007) aponta para sentido experiencial do (re)conhecimento dessas vivências na comunidade, revelando o quadro de uma experiência coletiva em que a doença, o medo e a insegurança deixam um terreno difuso e se mostram como *eventos críticos* vividos e articulados pelo grupo (SILVA, RODRIGUES & ECKERT, 2011).

O adjetivo *crítico* revela um quadro de relações que fazem dessas experiências não episódios pontuais e discretos, mas vivências que se processam num campo de poder que tem sua configuração atualizada no desenho das disputas técnicas e jurídicas cujos registros informam os novos conflitos. O depoimento de Marlene frente ao Conselho Municipal de Política Ambiental no momento da deliberação sobre a renovação da Licença de Operação do incinerador no bairro é particularmente revelador desse caráter crítico. Marlene que já havia providenciado sua inscrição para manifestar-se publicamente na reunião, se aproxima do microfone colocado à frente da mesa dos conselheiros, ela segura um envelope grande e enquanto o abre e retira dele alguns papéis, começa a falar:

Meu nome é Marlene, eu sou moradora do bairro Camargos. Boa tarde. Eu estou aqui com os meus exames. Todos os meus exames. A última foi uma tomografia computadorizada, entendeu? Porque eu estou com... bom, nódulo no pulmão e enfisema pulmonar. [Marlene fala de modo enfático com o dedo em riste] Eu nunca fumei, eu nunca bebi... e o... ele disse pra mim trazer o laudo, tá aqui, oh. [Marlene se emociona] **Então... eu quero que vocês me ouçam** [ela chora] como a todos eles [e aponta para os vizinhos e companheiros que estão sentados atrás], porque eu não tenho dinheiro pra tratar da minha saúde. Eu trato é no posto. Então, eu agora adquiri um apartamento que eu lutei demais, será que agora eu vou morrer? porque eu consegui esse apartamento lá no Camargos. É bem perto [da Serquip]. Eu tenho meus netos, eu tenho meus filhos e eu tenho me emocionado porque... o jeito que eu estou... [ela balança os papéis de seus exames] se vocês quiserem colocar... ler todos os

laudos meus, está aqui. Porque eu quero viver muito ainda. O que eu vou fazer?

As *incertezas tóxicas* são experimentadas por Marlene não como controvérsias elusivas, como ausência de fatos, evidências ou lacunas no que tange ao provimento de dados significativamente estatísticos. As incertezas são para Marlene uma experiência corporal em que os possíveis e controversos contaminantes não são a *“causa objetiva do medo”*. Ao contrário, as incertezas são para Marlene *“a própria forma do medo”* (INGOLD, 2012, p. 18) e ela sintetiza sua aflição: “o que eu vou fazer?” O medo de Marlene está apenas precariamente traduzido em radiografias, exames, diagnósticos e laudos, mas ele se expressa na angústia e na ansiedade de uma paciente diagnosticada com o mesmo mal que consumiu Onofre e que assombra Anita, vizinhos também moradores residentes próximos às instalações da Serquip. Nesse sentido, incertos ou não, os contaminantes existem e são reais porque produzem efeitos sobre a vida, as experiências e as formas de ação política dos moradores.

Não obstante, o relato de Marlene é um testemunho que ao ingressar *“nos domínios peritos da prática política, do direito ou da medicina”* (DAS, 2007, p. 330) tem sua veracidade e legitimidade questionadas nos espaços institucionais que efetivamente bloqueiam e esvaziam essas narrativas, mediante o argumento de que, conforme ressalta a promotoria ambiental: ***“tais danos à saúde ainda não estão solidamente comprovados”***.

Argumento que, refratário aos discursos e narrativas dos moradores, esse *modus operandi* das instituições conforma a própria experiência do *sofrimento social* que emerge na *luta* política colocada em curso. Para os moradores o sofrimento é agravado na luta devido ao desapontamento com relação a uma lógica que não pode fazer contar esses doentes, seus corpos, seu sofrimento. Fazer contar é, nesse sentido, aquilo que fundamenta a contra-demanda desses grupos, é retirá-los dessa zona de exclusão que evidencia a móvel fronteira entre a legalidade e a violência.

Para Veena Das e outros o sofrimento social resulta daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas dessas pessoas aos problemas sociais. Na abordagem de tais processos o conceito de *sofrimento social* permite evidenciar que as aflições e dores vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos extraordinários, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social (DAS et al, 1996). No caso do Camargos estamos diante de condições de vulnerabilidade que são tecnologicamente engendradas, social e politicamente produzidas.

Mas no tratamento institucional do caso, o sofrimento é negado e descartado, subtraído dos sujeitos que não conseguem se fazer reconhecer como vítimas. As apropriações profissionais do sofrimento terminam, então, por reduzir as narrativas e testemunhos dos moradores a uma “função ornamental” (DAS, 1997, p. 569) ou “puramente verbal” (DAS, 2000). Dessa forma, é possível argumentar que o sofrimento é constituído e agravado *na luta*, nessas situações em que o tratamento institucional dado às reivindicações dos moradores não compreende qualquer mecanismo que possa integrar esse sofrimento ao processo decisório.

Nesse quadro, as experiências de sofrimento são incorporadas à dinâmica regulatória somente a partir de “*atributos mensuráveis [...] geridos por instituições burocráticas e culturas de especialistas*” (DAS et al, 1996, p. XIX). No âmbito das discussões biomédicas e no seu emprego como fundamento das ações dos operadores do direito o que importa é a evidenciação técnica do dano. O sofrimento só existe aí se ultrapassa o limite da dose tolerável e se revela sinais biológicos rastreáveis, objetivos e mensuráveis. Com efeito, a dor de Dalva não pode ter lugar nessa racionalidade em que o sofrimento só existe se definível e apropriável como ‘*sofrimento métrico*’ (SILVA, 2010, p. 5). Ou seja, aquele “*matematicamente aferido*” mediante evidências cuja apreensão se faz com recurso à “*avaliação matemática e física da contaminação*” (ibidem).

Desse modo, é possível pensar a lógica do risco como uma dessas modalidades de apropriação técnica do sofrimento que transmuta a experiência social na linguagem gestonária de cifras, evidências, tabelas e outros instrumentos que consistem na *“apresentação gráfica de corpos em dor”* (WILKINSON, 2006, p. 3). Por conseguinte, a noção de risco aparece como um instrumento heurístico que substitui as experiências concretas de aflição pelo escrutínio biomédico distanciado.

Em contraponto à noção de risco, a idéia de *sofrimento social* permite-nos o deslocamento em relação a essa perspectiva numérica e físico-química para compreender *“os aspectos sócio-culturais que engendram o sofrimento dos atingidos”* (SILVA, 2010, p. 5). Tais aspectos se relacionam não apenas aos processos físicos de exposição, vazamentos ou emissões que resultam na contaminação, mas também à intersecção entre esses eventos e o modo como os grupos afetados reagem a eles, nas formas de interlocução que lhe são exigidas e no modo como as agências do Estado respondem institucionalmente a essas demandas submetendo-as, a uma inflexão técnica que promove a desautorização e o silenciamento de suas narrativas.

Transformando as narrativas em *‘artefatos puramente verbais’* (DAS, 2000), tais espaços de fala (projetados como participativos) colocam em presença seres falantes que tem sua “propriedade e capacidade política” (RANCIÈRE, 1996, p. 36) sequestradas. Duas enunciações são marcantes nesse sentido. Uma está presente na entrevista de Dalva e outra no depoimento de Marlene frente ao COMAM. Na primeira, Dalva me introduz aos percalços de sua luta afirmando: *“a gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar”*. Defronte ao microfone, encarando a mesa de conselheiros do COPAM, Marlene emocionada enfatiza e suplica: *“o laudo, tá aqui, oh! Então... eu quero que vocês me ouçam”*.

Por conseguinte, segundo observa Rancière (1996) processos conflitivos como aquele observado no Camargos, colocam em questão não somente as regras que regulam os discursos, mas o embate pela própria constituição dos sujeitos como aqueles que, afinal, podem se fazer contar. Por fim, os dois aspectos que eu

destaco no título estão articulados, pois o escamoteamento da *geopolítica do risco* corrobora para a produção da invisibilização do dano e o *silenciamento* daqueles que buscam tornar visíveis as aflições que os levam aos espaços institucionais de denúncia e defesa de seus direitos.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Saúde. Encadernação da Vigilância Sanitária, VISA, 13/07/2012. Ofício GSMMSA-SECADJ n. 0597/2012, 2012.

BROWN, Phil. Popular Epidemiology and Toxic Waste Contamination: lay and professional ways of knowing. In. **Journal of Health and Social Behavior**, vol. 33, n. 3, 1992, pp. 267-281.

BROWN, Phil. **Toxic Exposures**: contested illnesses and the environmental health movement. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 2007.

CARNEIRO, Eder J. Atividades Industriais com Poluição Atmosférica. Mapa dos Conflitos Ambientais do estado de Minas Gerais. Etapa 3 – Mesorregiões Zona da Mata e Campo das Vertentes. Relatório Geral. Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental, UFSJ, 2010. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/JURANDIR_Eder_-_atividades_industriais_cimenteiras.pdf Acesso em: 12/08/2013.

CHESNAIS, F; SERFATI, C. 'Ecologia' e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16, 2003.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur & LOCK, Margaret. Introduction. In. **Daedalus**. Special Issue on Social Suffering, vol. 125, n. 1, 1996, pp. XI-XX.

DAS, Veena. Sufferings, Theodicies, disciplinary practices, appropriations. In. **International Social Science Journal**, vol. 49, n. 154, 1997, pp. 563-572.

DAS, Veena. Suffering, Legitimacy and Healing: the Bhopal case. In. KROLL-SMITH, Steve; BROWN, Phil & GUNTER, Valerie (eds.) **Illness and the Environment**: a reader in contested medicine. New York University Press, 2000, pp. 270-288.

DAS, Veena. Trauma and Testimony: between law and discipline. In. **Ethos**, vol. 35, n. 3, 2007, pp. 330-335.

FABER, Daniel. The Struggle for Ecological Democracy and Environmental Justice. In. FABER, D. (ed.) **The Struggle for Ecological Democracy: environmental justice movements in the United States**. New York: Guilford Press, 1998, pp. 1-26.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INGOLD, Tim. Caminhando com Dragões: em direção ao lado selvagem. In. STEIL, Carlos & CARVALHO, Isabel M (Orgs.). **Cultura, Percepção e Ambiente**: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, pp. 15-29.

KLEINMAN, Arthur & KLEINMAN, Joan. The appeal of experience, the dismay of images: cultural appropriations of suffering in our times. In. **Daedalus**, vol. 125, n. 1, 1996, pp. 1-23.

KLEINMAN, Arthur & BENSON, Peter. Culture, Moral Experience and Medicine. In. **The Mount Sinai Journal of Medicine**, vol. 73, n. 6, 2006, pp. 834-839.

LOPES, José S. L; ANTONAZ, Diana & SILVA, Glaucia A 'ambientalização' dos conflitos sociais. In. **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, pp. 17-38.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

MDDUMA – Movimento de Defesa aos Direitos Humanos e ao Meio Ambiente/Comunidade Camargos. Avaliação da exposição de riscos à saúde humana dos moradores do bairro Camargos e ao meio ambiente provocados pela emissão de gases potencialmente tóxicos da empresa incineradora Serquip. Belo Horizonte, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Ofício da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico Cultural, 23/05/2011, 2011.

MURPHY, Michelle. Chemical Regimes of Living. In. **Environmental History**, vol. 13, 2008, pp. 695-703.

OLIVEIRA, Raquel. 'A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar': a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do

bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Tese. Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2014.

PAULA, Delsy G. No Labirinto das Minas: a modernidade postergada. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

PETRYNA, Adriana. **Life Exposed**: biological citizens after Chernobyl. Princeton: Princeton University Press, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Sônia M. S. B. M. Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Université Paris 13, Belém do Pará, 2007.

SCHEPER-HUGHES, N. **Death Without Weeping**: the violence of everyday life in Brazil. Berkeley: University of California Press, 1992.

SILVA, Telma C. Eventos Críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. Trabalho apresentado na 27ª Reunião de Brasileira de Antropologia, 2010.

SILVA, Telma C.; RODRIGUES, Maria L. & ECKERT. Cornelia. Apresentação. **Revista Sociedade e Cultura**, Especial Eventos Críticos, vol. 14, n.2, 2011, pp.269-273.

TANGRI, Neil. Bankrolling Polluting Technology: the World Bank group and incineration. GAIA, Global Alliance for Incinerators Alternatives/Global Anti-Incinerator Alliance, 2002. Disponível em: <http://www.essentialaction.org/waste/bankrolling/worldbankreport.pdf> Acesso em 25/01/2013.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In. ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (orgs) **A Insustentável leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 11-24.

WILKINSON, Iain. From the Sociology of Risk to a Critical Sociology of Suffering. Comunicação na Conferência da SCARR Network, 28/01/2005. Disponível em: http://www.academia.edu/1676631/From_the_Sociology_of_Risk_to_the_Sociology_of_Suffering. Acesso em: 12/11/2013.

WILKINSON, Iain. Health, Risk and Social Suffering. In. **Health, Risk & Society**, vol. 8(1), 2006, pp.1-8.

WILKINSON, Iain. Thinking with suffering. In. **Cultural Values**, vol.5, n. 4, 2001, pp. 421-444.